



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PL 4443/2025, que “dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Doutor Luciano Galvão Coutinho, Ex-presidente do BNDES e sócio da LCA consultores;
- representante Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC;
- o Doutor Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco, Engenheiro metalurgista, ex-presidente da Usiminas e da Cia. de Desenvolvimento de MG;
- o Doutor Paulo Feldmann, Professor de Economia do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da USP..

JUSTIFICAÇÃO

A criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), prevista no PL 4.443/2025, representa uma das iniciativas mais relevantes para o futuro da soberania produtiva e tecnológica do Brasil. O projeto consolida diretrizes para identificar minerais essenciais à transição energética, à indústria



de alta tecnologia e à segurança das cadeias produtivas nacionais, além de instituir mecanismos de incentivo à pesquisa, produção, transformação e rastreabilidade desses insumos estratégicos. Tendo em vista que tais minerais (como nióbio, grafita, lítio, terras raras, potássio, níquel e outros) compõem a base material da economia verde e da neoindustrialização, é indispensável que o Senado Federal promova amplo debate técnico e institucional antes da deliberação final da matéria.

Ademais, o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos destaca que a definição de uma lista brasileira de minerais críticos, a criação de Zonas de Processamento de Transformação Mineral (ZPTM) e o uso de instrumentos financeiros e fiscais podem alterar de forma significativa não apenas o ambiente regulatório, mas também o direcionamento dos investimentos públicos e privados no setor mineral. Essas decisões têm impacto direto sobre o desenvolvimento regional, sobre a geopolítica dos recursos estratégicos e sobre a capacidade do Brasil de agregar valor internamente, reduzindo sua condição histórica de mero exportador de commodities brutas. Tal discussão exige, portanto, a escuta de especialistas capazes de avaliar o desenho mais adequado de subsídios e incentivos, assegurando que tais instrumentos fortaleçam a industrialização nacional, evitem distorções fiscais e ampliem a competitividade tecnológica do país.

Diante da complexidade econômica, tecnológica e geopolítica envolvida, a realização de audiência pública torna-se imprescindível para subsidiar o trabalho legislativo, ampliando a transparência da tramitação e possibilitando a participação da comunidade científica, da indústria, de órgãos de governo e da sociedade civil. O tema exige um debate plural sobre criticidade dos minerais, segurança de suprimento, modelos comparados de incentivo, impactos ambientais e sociais e, sobretudo, sobre como estruturar uma estratégia robusta de agregação



de valor e de inserção soberana do Brasil nas cadeias globais da transição energética.

Sala da Comissão, de de .

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)
Líder do PT

